

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**

“ESTRELA DECADENTE”

**O desempenho do Partido dos Trabalhadores nas Eleições
Municipais em Alagoas (2000 a 2012)**

ELISANGELA DOS SANTOS SILVA

Maceió
2015

ELISANGELA DOS SANTOS SILVA

“ESTRELA DECADENTE”

O desempenho do Partido dos Trabalhadores nas Eleições

Municipais em Alagoas (2000 a 2012)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em Ciências Sociais – Licenciatura, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas – UFAL, sob orientação do Dr. Ranulfo Paranhos.

Maceió
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS

Monografia de autoria de Elisangela dos Santos Silva, intitulada “ESTRELA DECADENTE: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais em Alagoas” apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em ____/____ de 2015, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Banca Examinadora:

Dr. Ranulfo Paranhos
Orientador (ICS/UFAL)

Dr. José Alexandre da Silva Jr.
Avaliador Interno (ICS/UFAL)

Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti
Avaliador Interno (ICS/UFAL)

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Jozete Ferreira dos Santos Silva (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais, pelo apoio e carinho.

Ao consorte Erivaldo Melo, pelo incentivo em buscar meus objetivos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ranulfo Paranhos, pelo suporte no qual quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional.

Ao colega de curso e doutorando Denisson da Silva, pela colaboração no tratamento dos dados.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre esteve ao meu lado durante esta longa caminhada, pela amizade sincera: a Solange Paes, que apesar da distância geográfica não deixou de mandar palavras de força e encorajamento para que fosse possível o fechamento desse ciclo, a Silvânia Rodrigues que foi a pessoa que me incentivou a fazer esse curso e pela sua generosidade. A Leonita Machado e Marcelo Oliveira, que muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias e ansiedade. Saibam que sou extremamente feliz por fazerem parte da minha vida.

Ao meu amigo fraterno Amaro Santana, pelo apreço por está sempre disponível nos momentos decisivos, nos quais têm me ensinado coisas maravilhosas na escola da vida, serei eternamente agradecida.

Por fim, a todos os professores do ICS que de forma direta ou indireta me proporcionaram muitos ensinamentos na carreira acadêmica.

EPÍGRAFE

“..., o fato é que a unidade de referência a estruturar os trabalhos legislativos são os partidos e não os parlamentares.”

Figueiredo e Limongi.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas últimas quatro eleições municipais (2000-2012). A finalidade desse Trabalho de Conclusão de Curso é apresentar os resultados sobre o desempenho eleitoral do PT nas prefeituras municipais em Alagoas. Em termos metodológicos, utilizamos aqui uma pesquisa de caráter analítico-descritiva, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica especializada, bem como de uma análise descritiva de dados eleitorais. Também foi realizado um levantamento das bibliografias disponíveis sobre sistema eleitoral brasileiro, partidos políticos em geral e em particular sobre o Partido dos Trabalhadores. Realizamos uma análise descritiva de dados referentes a resultados eleitorais municipais, considerando os seis maiores partidos políticos brasileiros (PFL/DEM, PDT, PMDB, PPB/PP, PSDB e PT), a fim de garantir uma análise comparada do comportamento eleitoral do PT em Alagoas em relação a outras unidades federativas. Para atender ao desenho da pesquisa, construímos um banco de dados com os resultados das eleições municipais para os anos de 2000 a 2012 a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados apontam que o PT apresentou um desempenho eleitoral municipal em Alagoas muito abaixo de outros Estados analisados. Por fim, enfatizamos a necessidade de desenvolver novos estudos que procurem explicar as causas da pouca expressividade do PT na política alagoana.

Palavras-Chaves: 1. Desempenho Eleitoral; 2. Eleições Municipais; 3. O Partido dos Trabalhadores (PT).

ABSTRACT

This paper presents a party's electoral performance analysis of workers in the last four municipal elections (2000-2012). The purpose of this course conclusion work is to present the results on the electoral performance of the PT in the municipalities in Alagoas. In terms of methodology, we use here an analytical-descriptive research study, developed from a specialized literature review and a descriptive analysis of election data. A survey of bibliographies available on Brazilian electoral system, political parties in general and in particular about the Workers' Party also took place. We conducted a descriptive analysis of data for municipal election results, considering the six largest Brazilian political parties (PFL / DEM, PDT, PMDB, PPB / PP, PSDB and PT), in order to ensure a comparative analysis of PT's voting behavior in Alagoas in relation to other federal units. To meet the research design, we build a database with the results of the municipal elections for the years 2000-2012 from the Superior Electoral Court data (TSE). The results show that the PT had a municipal election performance in Alagoas well below other countries analyzed. Finally, we emphasize the need to develop new studies seeking to explain the causes of low expression of PT in Alagoas policy.

Key Words: 1. Election Performance; 2. Municipal Elections; 3. The Workers' Party (PT).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Siglas dos Partidos

DEM - Democratas

PFL - Partido da Frente Liberal

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PP - Partido Progressista

Abreviaturas

IEP - Indicador de Eficácia do Partido

IEE total - Indicador de Eficiência Eleitoral Total

IEER - Indicador Eficácia Eleitoral Restrita

IEE Candidato - Indicador de Eficiência Eleitoral do Candidato

NV- Número de votantes

QE - Quociente eleitoral

QP - Quociente partidário

RP - Representação Proporcional

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

VCL - Votos dados a candidatos ou respectiva legenda

VB - Votos em branco

VN - Votos nulos

VO - Vagas obtidas

VP - Vagas a serem preenchidas

VR - Vaga restante

VV- Votos válidos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Média do número de candidatos dos partidos políticos por ano eleitoral, por Unidade da Federação.....	37
Gráfico 2. Média do número de votos dos partidos políticos por ano eleitoral, por Unidade da Federação.....	38
Gráfico 3. Média do número de votos dos candidatos por partidos políticos e ano eleitoral..	39
Gráfico 4. Média da taxa de sucesso dos partidos políticos por ano eleitoral.....	40
Gráfico 5. Média de eleitos dos partidos políticos por ano eleitoral.....	41
Gráfico 6. Média do número de candidatos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas.....	42
Gráfico 7. Média do número de votos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas..	43
Gráfico 8. Média do número de votos dos candidatos por partidos políticos e ano eleitoral em Alagoas.....	44
Gráfico 9. Média da taxa de sucesso dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas.....	45
Gráfico 10. Média de eleitos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho de pesquisa.....	34
Quadro 2 – Banco de dados geral.....	35
Quadro 3 – Banco de dados por tamanho do colégio eleitoral.....	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL.....	14
1.1 O Papel dos Partidos.....	18
1.2 Sistema Eleitoral no Brasil.....	20
CAPÍTULO 2 – PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	28
2.1Um breve histórico do PT.....	32
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	35
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E ANÁLISES.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

Desde 1980 que o Partido dos Trabalhadores (PT) tem apresentado um estado de constante ascensão na conquista de cargos político-eletivos no Brasil. Na época de sua fundação, o Brasil encontrava-se em meio a fortes tensões sociopolíticas resultantes do longo período ditatorial, que permitia espaço apenas para a existência de duas únicas legendas: a ARENA (Aliança Renovadora) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

A gradativa ascensão do PT nas eleições, especialmente nos últimos catorze anos quando alcançou definitivamente a Presidência da República, tem influenciado bastante tanto na composição das câmeras legislativas e Senado Federal, quanto nas eleições e alianças políticas, cooptando um enorme contingente de eleitores e tem transformado o cenário da política nacional na medida em que se tornava mais forte e competitivo. Desde o seu surgimento, o PT passou a imagem de partido de renovação e esperança. Tratava-se de uma novidade na época, já que em seu programa político abrangia pontos importantes, tais como: “radicalismo democrático”; “organização autônoma dos trabalhadores” e “lógica da diferença”, os quais tentavam traduzir os marcos daquela nova forma de fazer política no Brasil em plena década de 1980.

Notadamente o PT cresceu em números no Brasil nas últimas décadas, ainda que apresente variantes nos Estados e Municípios, pois em nem todas as unidades da federação ele foi uma “força dominante” como, por exemplo, em Alagoas. Em Alagoas a força do Partido dos Trabalhadores não demonstrou a força verificada em Estados como do Sul e Sudeste do país. Esse fenômeno nos permite levantar discussões sobre o desempenho do PT em Alagoas a partir dos dados das últimas eleições municipais no período compreendido entre (2000-2012), afim de ajudar a entender sua trajetória na política local, isso a uma questão essencial que precisa ser comprovada: qual o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas Eleições Municipais em Alagoas?

Para responder essa questão, o presente trabalho analisa o desempenho eleitoral dos seis maiores partidos brasileiros em perspectiva comparada, incluindo o PT, considerando as eleições municipais ocorridas entre 2000-2012. O foco é verificar se esses grandes partidos políticos apresentam desempenhos eleitorais semelhantes,

para em seguida analisarmos como o PT se comportou eleitoralmente no Estado de Alagoas.

Para atender os objetivos da pesquisa foi realizado um estudo de caráter analítico-descritivo, desenvolvido com base revisão bibliográfica de autores especializados em sistema eleitoral brasileiro, partidos políticos, bem como um levantamento histórico do Partido dos Trabalhadores. Também foi realizada a confecção de um banco de dados em que foram apresentados os resultados das quatro eleições municipais (2000 a 2012) a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como o número de candidatos eleitos segundo o recorte temporal.

Trata-se de um estudo que se justifica pela escassez de trabalhos relacionados ao tema na política, especialmente no período de ascensão do Partido dos Trabalhadores no cenário nacional que possibilitará maior entendimento sobre a trajetória do partido nas eleições municipais da capital, já que o PT desde a década de 1980 vem desempenhando um papel importante na política brasileira, tanto no sentido qualitativo quanto no sentido quantitativo.

Para atender ao desenho de pesquisa o trabalho está dividido em cinco partes. No primeiro capítulo, apresentamos a discussão sobre sistema eleitoral brasileiro, partidos políticos. O segundo capítulo aborda a questão dos partidos políticos no Brasil e a trajetória de sua formação, bem como um levantamento histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), destacando a sua ascensão na política nacional. O terceiro trata sobre a metodologia utilizada para o alcance dos resultados, em que será descrito o tipo de estudo, o universo da pesquisa, recorte temporal e os principais procedimentos para sistematização e análise dos dados. Já no quarto capítulo são apresentados os resultados do levantamento de dados eleitorais, bem como as análises destes. E, por fim, nas considerações finais apontamos os principais achados desse estudo.

CAPÍTULO 1 - SISTEMA PARTIDÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico da formação do Sistema Partidário no Brasil, perpassando os sistemas anteriores até a atual conjuntura da formação atual e o papel dos partidos nesse sistema.

Segundo Ferreira, Batista e Stabile (2008, p. 433) o ano de 1980 foi o marco inicial na formação do Sistema Pluripartidário Brasileiro. É o ano em que diversos partidos são criados através da promulgação da Lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979 que foi responsável por promover a reforma partidária que destituiu o regime bipartite que vigorou durante os anos da ditadura. Para os autores essa fase foi de extrema importância para a democracia brasileira, na medida em que possibilitou bases para a criação de um ambiente político bem mais plural e adequado às necessidades do processo de redemocratização que estava ocorrendo na época. Em contrapartida, os mesmos autores afirmam que a pluralização do sistema partidário brasileiro foi parte integrante de uma estratégia do Regime Militar para dividir a oposição e com isto, obter votos dos eleitores opositores.

Apesar das reformas serem bastante favoráveis para o cenário político brasileiro, as eleições iniciais ocorreram ainda com restrições, obrigando a população a se adaptar às demandas, isto é, conhecer os partidos que surgiam, bem como seu perfil ideológico, programáticos e a plataforma política em geral. Sobre esse assunto, Santos (2005) afirma que:

Visando desarticular a frente opositora crescente, representada pelo MDB, em dezembro de 1979 foi editada a Lei n.º 6.767, que extinguiu as instituições político-partidárias existentes. Fez também com que a situação fosse visualizada não mais como ARENA, mas sim como Partido Democrático Social (PDS). A lei introduziu novas e rígidas exigências a serem cumpridas por qualquer associação política que desejasse obter o registro partidário. Para isso deveriam ser realizadas convenções em nove estados, e em pelo menos um quinto de seus municípios, onde o partido deveria ter um número determinado de filiados. A partir dessas condições, somente três organizações conseguiram o registro: o PDS, o PMDB (originado a partir do MDB) e o Partido Progressista (PP). Ainda como condição de existência, a lei proibia a organização de partidos com denominações baseadas em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe. Esse argumento veio a ser utilizado para tentar inviabilizar o registro do Partido dos Trabalhadores (PT) (SANTOS *apud* LIMA, 2005, p.9).

Além da supramencionada Lei, em 1988 foi promulgada a da atual Carta Magna que ajudou a inaugurar uma nova fase no sistema partidário nacional, na medida em que se estabeleceram parâmetros para a organização dos partidos políticos, possibilitando a eles a liberdade de criação e autodeterminação (FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008, p. 433).

Segundo Sartori (1996) *apud* Lima (2005, p. 11) o novo texto da Constituição foi amplamente inovador por destacar os seguintes pontos:

- Liberdade partidária: A nova Constituição não delimita a existência de quantidade de partidos, tampouco determina condições ideológicas e estruturais para sua criação, objetivando consolidar a democracia.
- Condições para liberdade partidária: para a existência de partidos a atual Carta Magna determinou alguns pontos importantes como: pluralismo político, direitos humanos, soberania nacional. Além da completa proibição de recebimento de recursos estrangeiro e a obrigação de prestar contas todos os anos a Justiça eleitoral.
- Fundo partidário e acesso aos meios de comunicação: Foram desenvolvidas regras de acesso dos partidos aos meios de comunicação sem que ferisse o pluripartidarismo.
- Sistema de controle: foi determinado também regras para controlar a criação de partidos de modo a garantir e consolidar o regime democrático e não atentar contra os direitos humanos.

Todas essas mudanças políticas surgidas com o advento da Reforma Partidária, que tinham por finalidade central, garantir que os grupos dirigentes conseguissem comandar o processo político. De modo a reforçar a representação governista em municípios, estados e especialmente no Colégio Eleitoral (LIMA, 2005, p. 11).

Isso também trouxe desafios para as classes políticas dominantes que tiveram de desenvolver uma estrutura totalmente nova para os partidos em todo país e se adaptar às exigências da Reforma Partidária, isto é, buscar desenvolver um novo perfil

ideológico, tornar seu partido conhecido e conquistar espaço nas disputas políticas (FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008, p. 433).

Entretanto, para alguns autores como Pereira e Muller (2003, p.737-738), embora inicialmente o sistema político brasileiro pareça ser bastante plural e descentralizado, eles defendem alternativas que condensam diferentes e antagônicas forças de incentivos institucionais do sistema político brasileiro, segundo os autores tanto as forças antagônicas como o multipartidarismo e o federalismo agem descentralizando o sistema político.

Para Pereira e Muller (2003), todos os conflitos antagônicos que são característicos da política partidária nacional são, na verdade, o que assegura e determina sua estabilidade e equilíbrio. Embora tal equilíbrio possa ser entendido como ausência de caos, conferindo uma dinamicidade a todo jogo político-partidário existente.

Porém, para Lima (2005, p. 17) o sistema partidário brasileiro ainda é bastante frágil e incipiente, posto que ainda não conseguiu se consolidar na sociedade por conta da própria história política e partidária que dificultou o “enraizamento” dos partidos. O que, segundo ele, teria sido resultado da ditadura de Vargas e o Regime Militar que retardaram a pluralização dos partidos e limitaram seu peso institucional.

Além disso, o Brasil em questões políticas ainda apresenta bastantes contrastes sociopolíticos, pois muitas questões relacionadas às disparidades regionais e locais costumam predominar nas disputas de algumas regiões do país. Sem esquecer a influência da tradição patrimonialista e individualista da política brasileira que concebem os cargos políticos como benefício pessoal ao invés de considerá-los como função pública (FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008, p. 434).

Por outro lado, Ferreira, Batista e Stabile (2008, p. 434) falam sobre a polêmica relacionada à “fragilidade atávica” e da fragmentação dos partidos no sistema partidário brasileiro que, segundo eles, têm influenciado bastante na dinâmica governamental e, ainda é tema entre alguns especialistas. Entretanto, os autores enumeram diversos estudos desenvolvidos a partir de bases empíricas que confirmam que o atual sistema partidário tem se consolidado no cenário nacional desde a década de 1990.

Além disso, Ferreira, Batista e Stabile, (2008) apresentam um estudo sobre a evolução da oferta partidária no período compreendido entre os anos de 1982 a 2006, onde se observou um crescimento bastante acentuado do número de partidos que concorriam as eleições entre 1982-1985, quando foram registrados a criação de vinte e sete partidos.

Sadek (1993) afirma que o desenvolvimento do sistema partidário nessa época (isto no que diz respeito às mudanças mais gerais na situação partidária), teve como maior impulsor as eleições para governadores em 1982, pois foram as primeiras que se seguiram após a Reforma Partidária, as quais já não eram realizadas há quase vinte anos. Nesta ocasião, os seguintes partidos foram os principais concorrentes: PDS, PMDB, PT, PDT e PTB (FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008, p. 436).

Ainda segundo Sadek (1993), somente garantir uma maior quantidade de representantes em um Colégio Eleitoral -, responsável por eleger um novo Presidente em 1985 - havia um cenário político bastante conturbado. O que somada a crescente baixas de popularidade do Governo Figueiredo, bem como aos problemas econômicos pelos quais a sociedade brasileira atravessava neste período resultou em um movimento de massa de grande apoio popular denominado de Movimento pelas Diretas Já.

Apesar disso, é uma fase que marca e encerra um novo ciclo na política brasileira, posto que em março de 1985 tem-se início a Nova República que traz grandes transformações para o quadro político-institucional. Dentre as medidas, além das inovações da atual Carta Constitucional, é promulgada a emenda Constitucional que torna extinto o Colégio Eleitoral permitindo novas eleições de prefeitos nas capitais e em cidades consideradas áreas de segurança nacional, bem como outras estâncias hidrominerais (SADEK, 1993).

Também foram adaptadas novas e importantes medidas que visavam estender o direito de voto aos analfabetos e legalizar partidos comunistas que até então, atuavam sob a clandestinidade.

1.1 O papel dos partidos

Os Partidos Políticos possuem grande influência no desenvolvimento, em geral, dos sistemas políticos e aqui no Brasil não foi diferente, tais mudanças favoreceram bastante o sistema partidário brasileiro devido ao surgimento de novos partidos, mesmo que boa parte deles fosse incipiente do ponto de vista político, mesmo assim contribuiu para o esfacelamento do dualismo partidário.

Para Kinzo (2004, p. 23), os partidos políticos são agentes fundamentais no processo democrático, não somente por permitir a circulação da diversidade de ideias, ideologias e exercerem atividades específicas dentro do contexto da política nacional, mas também por serem sujeitos políticos extremamente importantes para a democracia e fundamentais na criação e implementação de projetos, leis e políticas públicas.

Logo, os partidos políticos permitem a obtenção de poder dentro de um contexto de eleitorado de massa, possibilitando também a representação democrática nas câmeras de deputados e no Congresso Nacional e assumindo tarefas como: “(1) estruturar a disputa eleitoral, ou seja, definir e diferenciar as opções a serem oferecidas ao eleitor, (...) e (2) mobilizar o eleitorado, isto é, incentivar o eleitor a ir às urnas e a votar. [...]” (KINZO, 2004, p. 25).

Desse modo, os partidos políticos, enquanto agremiações com diferentes correntes ideológicas que representam interesses. Logo, trata-se de um aspecto fundamental para toda a atividade política exercida em nossa sociedade. Assim, candidatos somente poderão concorrer a qualquer mandato nas eleições se filiados a algum partido, posto que no Brasil não são admitidas candidaturas avulsas ou independentes (SADEK, 1993, p. 6).

Para Downs (1999), os partidos políticos constituem uma coalizão, onde os indivíduos buscam através dos meios legais alcançarem poder e controlar o governo. Segundo Freitas (2008), ao discutir a questão da infidelidade partidária, afirma que os partidos políticos não são grupos de indivíduos que concordam entre si, mas que se articulam em torno de objetivos e princípios comuns que eles queiram alcançar, ainda que seus objetivos e princípios mudem de acordo com a posição do governo.

Embora as candidaturas devam ser obrigatoriamente realizadas através dos partidos, há a extrema facilidade de se criar um partido, porém, o que interessa é concorrer entre os partidos mais consolidados, já que a eleição dependerá o quociente partidário, que segundo Sadek (1993, p. 10), é a soma de voto dos eleitores recebidos pelos eleitores a todos os candidatos inscritos na legenda.

Segundo a autora, conseguir um lugar na legenda não é tão difícil assim, uma vez que a legislação facilita aos partidos apresentarem número de candidatos igual a uma vez e meio ao número de cargo a preencher. Por um lado, o maior problema é que os candidatos não assumem compromisso com os demais membros de seu partido.

Outro aspecto bastante característico do comportamento dos políticos brasileiros são as imigrações partidárias, as quais são fomentadas por uma legislação que possibilita inúmeras facilidades. Sobre esse assunto, foi desenvolvido um estudo no período compreendido entre 1985 a 2002, onde Carreirão (2004) afirma que a mudança de partido político tornou-se tendência no cenário político brasileiro.

Outra característica do nosso sistema partidário são as migrações ideológicas sobre as quais os autores afirmam que:

A hipótese da coerência das migrações não pôde ser confirmada: apenas no caso dos congressistas eleitos por partidos de direita, revelou-se verdadeira a suposição de que a maioria das migrações teria como destino um partido situado no interior do mesmo campo ideológico. No caso dos deputados migrantes eleitos pela esquerda, uma minoria optou por partidos ideologicamente próximos; um terço deles terminou a legislatura no outro extremo do espectro partidário (MELO *apud* CERREIRÃO, s/d, p. 14).

Porém, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2007 passou a permitir que os partidos pudessem reivindicar as vagas em caso de um representante migrar para outra legenda, o que conseqüentemente conseguiu manter um controle das tais migrações. Embora tal fato não tenha acabado. Já que ao longo desses últimos sete anos foi registrada uma enorme quantidade de migrações ideológicas.

Sadek (1993, p. 9) explica também que além da legislações, as eleições posteriores a 1982 – tal como a de 1989 - foram altamente importantes para reafirmar o pluripartidarismo, devido a enorme variedade de legendas que foram criadas nesse período. Segundo a autora foram registrados 22 candidatos, sendo boa parte representantes de partidos sem qualquer expressão política no Congresso Nacional.

Mas por outro lado, apesar desse importante crescimento, para Sadek (1993, p. 9) muitos desses partidos ainda tinham uma representação bastante fraca no ambiente do congresso Nacional.

Entretanto, é preciso lembrar que os resultados das eleições de 1989 foram objetos de diversas análises que apontavam o fracasso dos partidos políticos no Brasil e sua importância para o processo eleitoral, partindo do ponto de vista que se tratava de um processo eleitoral em que ocorria a escolha de apenas um candidato. Contudo, segundo Sadek (1993, p. 10) em eleições conjugadas que se seguiram (1990 e 1992), os discursos personalistas foram bem menos presentes e os partidos estavam mais fortalecidos.

Para a autora, isto se deve especificamente aos dispositivos legais e jurídicos que foram os principais responsáveis por configurar o atual sistema partidário brasileiro e com o tempo consolidar o pluripartidarismo, já que tornou mais fácil a criação de partidos, posto que não existem mais impedimentos legais, o que somado aos baixos custos e a ausência de qualquer limite mínimo de restrição resultou em uma grande proliferação de partidos ao longo dessas últimas décadas.

Para explicar estes fenômenos os autores Ferreira, Batista e Stabile, (2008, p.435), acreditam numa reação às regulamentações restritivas do Regime Militar que durante muito tempo proibiram a criação de legendas. Assim, a sociedade saiu de um sistema extremamente regulamentado para um regulado por uma extrema liberdade, amparado pela atual Carta Constitucional, que assegura firmemente:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana (CF, 1988, p.15).

Desse modo, quaisquer desacordos no interior de um partido é motivo para a criação de outro - que embora tenham uma nova sigla - apresentam os mesmos interesses. Tal liberdade, também é estimulada por uma legislação eleitoral que tem por escopo consolidar as estruturas partidárias (SADEK, 1993, p. 11).

1.2 Sistema Eleitoral no Brasil

Este capítulo discorrerá sobre como o Sistema Eleitoral Funciona no Brasil; os tipos de sistemas de eleições existentes, bem como as vantagens e desvantagens deste para o desenvolvimento da política em nosso país.

A democracia tem por princípio fundamental a soberania popular. É baseando-se no poder que emana do povo que são eleitos seus representantes. Assim, em uma sociedade democrática as eleições são o principal recurso para engendrar a arquitetura política de uma nação, conforme as leis, regras, normas de cada sistema eleitoral para que as eleições ocorram de forma limpa e segura (KINZO, 2004, p. 24).

Segundo Cintra (2005), em todos os sistemas eleitorais são percebidos diversos efeitos, muitas vezes conflitantes, difíceis de obter para ter uma solução equilibrada. Entretanto, os sistemas eleitorais são também organismos que facilitam a formação de forças políticas e ideológicas, induzindo a concentração, ou ainda, promovendo o fortalecimento de vínculos entre os eleitores e seus representantes.

Nicolau (1994, p. 10) afirma que os sistemas eleitorais podem ser definidos como: “[...] mecanismos responsáveis pela transformação dos votos dados pelos eleitores no dia das eleições em mandatos (cadeira no Legislativo ou chefia do Executivo)”. Segundo o autor, a forma atual de boa parte dos sistemas eleitorais de sociedade democráticas não são produtos feitos e acabados, mas sim resultantes da evolução de anos, séculos e décadas de cultura política de um povo, bem como de suas instituições sociais. Além disso, trata-se de complexos que sofreram bastante com a história econômica e, até mesmo, da cultura de cada região, daí ser impossível eles serem totalmente idênticos.

Nicolau (1995, p. 11) explica que mesmo diante “[...] das diversas tipologias utilizadas para classificar os sistemas eleitorais existentes, há um razoável consenso entre os especialistas acerca da agregação destes em duas macro famílias: majoritário e proporcional”. Assim, conforme frisa o autor para definir seus sistemas eleitorais, as sociedades democráticas costumam optar por pelo menos dois princípios básicos: majoritário e o proporcional, sendo que o primeiro “é o de mais longa tradição histórica. Podemos encará-lo tanto como um critério para a tomada de decisão em grupos, quanto como um critério de representação política.” (CINTRA, 2005, p. 63).

Nicolau (1992) explica que a fórmula majoritária costuma ser bastante utilizada em sistemas eleitorais que elegem um único representante que recebe mais

votos. Dessa forma a base central está bastante relacionada à ideia de uma representação territorial e no Brasil costuma ser conhecida como: “distrital”. Neste tipo de eleição geralmente os partidos que recebem menos votos são “punidos” e sobre-representados pelos mais bem votados. É ponto pacífico entre os cientistas políticos que o sistema majoritário tende a favorecer maiorias mais estáveis de governo e fortalecer o sistema partidário local, seus interesses e ideologias (NICOLAU, 1992, p. 14). Por outro lado, impede que partidos minoritários possam ter representação na Câmara sendo praticamente anulados diante dos poder dos majoritários. Neste sentido, para o autor, a melhor alternativa seria combinar os principais benefícios de ambos, o que é bastante discutido e analisado entre os especialistas da área. Sobre as eleições majoritárias, Nicolau (1992) fala em duas variantes da fórmula majoritária que procuram fazer com que o candidato eleito receba mais de 50% dos votos. A primeira é a eleição em dois turnos e a segunda é o voto alternativo, que permite ao eleitor hierarquizar vários candidatos: caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta dos votos em primeira preferência, os votos em segunda preferência são distribuídos para os outros, procedimento este repetido até que um deles venha a obtê-la.

No sistema majoritário não existem qualquer preocupação em relação à proporcionalidade entre votos e cadeiras, deixando os partidos menores sem nenhuma representação, fazendo com que uns partidos recebam mais cadeiras que outros gerando uma alta desproporção. Trata-se de um sistema eleitoral que é bastante intolerante aos partidos pequenos.

No tocante as fórmulas de Representação Proporcional (RP), Nicolau (1992, p. 224) afirma que estas consistem em distribuir as cadeiras parlamentar aos partidos, de acordo com as suas respectivas votações. Em um sistema proporcional que se procura dar voz a todos os partidos de uma sociedade. Em contrapartida é um sistema que favorece a multiplicação de partidos, que pode tornar o sistema proporcional bastante fraco, haja vista que todos os grupos irão querer garantir seus governantes e utilizando o regime de proporcionalidade para alcançar seus objetivos. Além disso, numa sociedade com uma diversidade enorme de partidos com grandes diferenças ideológicas a governabilidade pode ser prejudicada pelos interesses dos grupos distintos (NICOLAU, 1994, p. 224-225).

Assim, torna-se mais difícil a obtenção de maiorias sólidas e estáveis, o que é elemento essencial para que os programas de governo possam ser efetivados. Ademais, é bastante difícil em sistemas proporcionais partidos atingirem a maioria absoluta para garantir a sustentação do governo. Apesar disso para o autor o sistema proporcional é o mais eficiente para garantir a representação da expressão de opiniões de diversas correntes na Câmara, de acordo com a sua popularidade, oferecendo oportunidade de representatividade as mais diversas correntes ideológicas existentes (NICOLAU, 1992, p. 225).

No Brasil existe um sistema de governo presidencialista com Presidente da República; vice-presidente; senadores; deputados federais; deputados estaduais; vereadores e prefeitos os quais são eleitos pela maioria dos votos diretos da população. Dentre as suas principais características uma delas é a lista partidária aberta de candidatos, haja vista que pretende funcionar da forma mais democrática possível. Em razão disso, é que todos devem receber o mesmo tratamento e as regras do sistema eleitoral que não pode favorecer grupos, sejam eles políticos ou econômicos. No entanto, há cientistas político como Ames (2003) que acreditam que este tipo de lista acaba personalizando a política e tornando o controle dos partidos sobre seus candidatos ineficazes, além de enfraquecer as relações existentes entre políticos e eleitores.

Todavia, as listas abertas são instrumentos eficientes para incentivar os representantes políticos a demonstrarem suas qualidades individuais durante a campanha, ao invés de dar ênfase aos interesses do partido ou do programa partidário, o que ocorre geralmente em sistemas majoritários tal como nos EUA. Assim, no sistema proporcional, os candidatos concorrem entre eles pelos votos sem interferência do partido que está filiado, o que torna as campanhas bastante caras, já que busca um maior reconhecimento individual pelas suas aptidões particulares.

Conforme dito em tópicos anteriores, o Sistema Eleitoral adotado pelo Brasil é o proporcional. Todavia, desde a Proclamação da Independência que a sociedade brasileira vem experimentando diferentes fórmulas para eleições. Segundo Nicolau e Schimidtt (1992, p. 225), cinco tipos diferentes já vigoraram no Segundo Reinado, três na República velha, uma na Constituição de 1946 e a última vigente desde a década de 1950.

No Segundo Reinado, os sistemas experimentaram fórmulas variadas do sistema majoritário, sendo as eleições realizadas, tendo as Províncias ou então os Distritos como circunscrição eleitoral. Já com a instauração do Sistema Republicano, embora tenha sido um momento político de grande importância histórico houve pouquíssimas mudanças em termos de eleições. No caso, por exemplo, das eleições para a Assembleia Constituinte de 1891 foi realizada mediante a fórmula majoritária utilizada ainda no II Reinado.

De acordo com Nicolau (1994, p. 75), umas das particularidades do sistema eleitoral encontrado no período da República Velha foi a utilização do mecanismo de acumulação de votos em 1904 através do qual é permitido ao eleitor votar mais de uma vez no candidato de sua preferência.

Já no Código Eleitoral de 1932 foram introduzidos outros mecanismos para ajudar na representação majoritária e o regime proporcional surge apenas no final do Estado Novo. Inicialmente este surgiu enquanto método que oferecia parte das cadeiras no parlamento àqueles que faltavam ser representados. Logo depois, foi criado um novo sistema chamado de D' Hondt que ainda é utilizado nas eleições atuais para escolha de deputados e vereadores que irão compor as Câmeras e Assembleias legislativas.

Atualmente vigora o Sistema Eleitoral estabelecido ainda na década de 1950, o qual tem como características principais: as eleições diretas para a Câmeras dos Deputados realizada nos 27 distritos eleitorais que irão compor as câmeras e distribuir os partidos nas cadeiras.

No Brasil, o Regime Proporcional tem uma característica particular que é a utilização do mecanismo através do qual as candidaturas individuais são eleitas, desta feita, caberá aos partidos apresentarem uma lista de candidatos aos seus eleitores que deverão escolher apenas um. O que é bastante diferente de outras nações democráticas, onde a escola da candidatura ocorre, tal como no caso de Alemanha onde embora haja uma lista de candidatos, cabe aos eleitores votar nos partidos.

Mesmo diante das vantagens, o Regime Proporcional é bastante criticado pelos cientistas políticos que acreditam incentivar o personalismo, a disputa intrapartidária e também colabora para o enfraquecimento político dos partidos. Isso acontece principalmente, pois conforme dito anteriormente uma particularidade deste sistema é

distribuir as cadeiras da Câmara dos Deputados entre os Estados, obedecendo a critérios distintos de um sistema proporcional tradicional.

Assim, segundo consta na atual Constituição Federal, o limite máximo de deputados é 70 e o mínimo oito por Estado para a Câmara dos Deputados. Entretanto, segundo afirma Nicolau (1992, p. 228), ao analisar tal distribuição mediante o critério da proporcionalidade, existem alguns estados que ocupam um maior número de cadeiras do que deveriam (super-representados) e outros são menores representados do que deveriam (sub-representados), o que suscita diversas críticas a esse sistema.

Além dessas características existem outras igualmente importantes e que ajudam a diferenciar o Sistema Eleitoral Brasileiro de outros regimes, tal como “[...] os critérios de acesso aos meios de comunicação, o domicílio eleitoral, o número de candidatos que um partido pode lançar, a permissão de coligações, entre outros.” (NICOLAU, 1992, p. 229), exercendo enorme influência na configuração da eleição e no sistema partidário como um todo, os quais já foram discutido anteriormente.

Portanto, todo este sistema produz uma desproporcionalidade em relação aos votos que são obtidos nas eleições pelos partidos e seus representantes, embora o princípio base do RP seja garantir o mais possível a proporcionalidade entre o percentual de votos e cadeiras entre os deputados.

Logo, a desproporcionalidade favorece os partidos com maior votação e não favorece aqueles com menores números de votos. Outra razão que o torna desproporcional ocorre entre o percentual de votos e o percentual de vagas existente na câmara para os partidos, que acontece devido aos próprios fatores de distribuição das cadeiras que são: a fórmula matemática utilizada clausula de exclusão, magnitude dos distritos e distribuição desigual de cadeiras. (AMES, 2003, p. 50).

Lima (2005, p. 20) no processo eleitoral cada partido objetiva acima de tudo conquistar o maior número de deputados, isto é, vencer o pleito. Contudo, aqui no Brasil para se alcançar a vitória, se faz necessário que o candidato faça coligações, cabendo aos partidos definir uma lista de candidatos, combinando os chamados “puxadores de votos” com os “candidatos de opinião”, além de procurar elaborar estratégias de comunicação e aliciar eleitores.

Entretanto, em um período de eleições é exigido dos partidos bem mais que simples eficiência eleitoral, posto que os partidos devem apresentar um número

suficiente de parlamentares, impondo práticas que envolvem os ajustamentos entre as disputas isoladas e as devidas alianças políticas, bem como as formas de “puxar voto”, rigidez ideológica, dentre outros. Assim, o número de cadeiras conquistadas está relacionado à eficácia do processo eleitoral, no entanto, não significa afirmar sobre o modo como os candidatos disputaram (LIMA, 2005, p. 20).

Segundo Ware *apud* Lima (2005, p. 21), a eficácia do partido pode ser medida sob diversas maneiras, sendo a primeira denominada pelo autor de Indicador de Eficácia do Partido (IEP), o qual tem a função de determinar o peso do partido na Câmara, bem como medir a participação percentual do partido obedecendo ao total de vagas disponíveis. Já a segunda - para a qual não atribui denominação - tem a função de fazer a medição de cada partido, expressa pela razão entre o número total de candidatos com o de vagas disponíveis.

Ainda de acordo com Ware *apud* Lima (2005, p. 21) a eficiência eleitoral também está associada a vitórias nas eleições. Dessa forma, um partido eficiente produz uma quantidade significativa de candidatos a um custo menor, ou então, mantém um mesmo custo e mesma quantidade de deputados.

Existem vários indicadores para medir a eficiência eleitoral de um partido, dentre os quais o primeiro é aquele chamado de Indicador de Eficiência Eleitoral Total (IEE total) que está sujeita ao voto de legenda, o que significa que partidos que receberam muitos votos podem ser desfavorecidos nos momentos dos cálculos. Há outro indicador conhecido como Indicador Eficácia Eleitoral Restrita (IEER) calculada em conjunto com o anterior, mas tendo como denominador apenas os votos nominais e não levando em consideração o voto de legenda (MEZZARROBA *apud* LIMA, 2005, p. 22).

A eficiência eleitoral também pode ser medida através da razão entre o número total de candidatos e aqueles que foram eleitos, chamado de Indicador de Eficiência Eleitoral do Candidato (IEE Candidato) (MEZZARROBA *apud* LIMA, 2005, p. 22). Portanto, os cálculos de medidas de eficiência, eficácia eleitoral dos candidatos e partidos podem ajudar a perceber as características dos mesmos, bem como colaborar para compreensão da estrutura e desempenho da política partidária em nossa sociedade.

Andrade (2009, p. 56) afirma sobre a importância de conhecer o lugar dos quocientes eleitorais e partidários que são condições essenciais para garantir a elegibilidade, compreendendo sua função de extrema importância para delimitar o número mínimo de votos que um partido ou coligação deve apresentar. Portanto, o quociente partidário refere-se ao número de candidatos que cada partido irá alcançar após a aplicação de tal quociente.

Atualmente no Brasil tem se discutido bastante sobre a questão que envolve o sistema proporcional de votos. Dentre os diversos pesquisadores Ames (2003, p. 51) analisa duas linhas de pesquisa que tratam sobre o tema, sendo que a primeira destaca a combinação do sistema de representação proporcional de lista aberta, o que – segundo o autor - acaba criando um corpo de deputados sem nenhum senso de dever público com os cargos que ocupam e mais preocupados com interesses individualistas, benefícios clientelistas e partidos completamente desorganizados. Na segunda linha, o autor afirma que os tipos de sanções e recompensas garantidas pelos líderes partidários são suficientemente fortes para equilibrar as tendências de fragmentação que os sistemas eleitorais podem gerar.

Para Nicolau (1992, p.23) e Ames (2003, p. 51), o Sistema Eleitoral Brasileiro tende a individualizar o político e enfraquece a unidade partidária, o que para eles neste sistema eleitoral o Executivo também atua com base parlamentares instáveis que interferem bastante no desenvolvimento do programa de governo.

CAPÍTULO 2 – PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Segundo Paranhos (2007, p. 30), a trajetória dos partidos políticos brasileiros apresenta um quadro composto por seis sistemas partidários diferentes, cuja formação esteve sempre atrelada às mudanças sociais, políticas e históricas pelas quais a nossa sociedade vem sofrendo ao longo de sua história.

Já Dulci (2001) *apud* Paranhos (2007, p. 31) afirma que a história dos partidos políticos apresenta ao menos três formas distintas: monárquico, descentralização (resultado da instauração do regime republicano) e por última a nacionalização da nossa estrutura político-partidária. Em relação ao terceiro caso, a “nacionalização” exige para que seja candidato, o indivíduo deve estar vinculado a um partido político “recaído sobre estes o monopólio da participação eleitoral, tratando-se de uma estrutura (arranjo federativo, presidencialismo, bicameralismo, representação proporcional e pluripartidarismo)” (PARANHOS, 2007, p. 30-31).

Paranhos (2007, p. 13) explica que a democracia brasileira se iniciou através das mãos dos militares, uma vez que os principais líderes civis da época mantinham relações com o Exército, a quem coube o papel de um golpe que proclama e cria o regime republicano no país.

No entanto, já nesta época criar uma organização de caráter nacional era bastante difícil:

Desde o início os republicanos encontraram dificuldades para criar uma organização de caráter nacional. No próprio ato de fundação do movimento, a publicação do “Manifesto Republicano”, em 1870, o problema estava visível. O documento apareceu no Rio de Janeiro e a maioria de seus signatários tinham residência naquela cidade. Os defensores da República não criaram uma organização de âmbito nacional, houve forte tendência dos diversos grupos se organizarem regionalmente. Surgiram assim núcleos em várias províncias, sendo mais fortes os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não por acaso, estados que ocuparam posição de destaque na primeira fase republicana (MOTTA *apud* PARANHOS, 2007, p. 13).

Assim, é instaurado no Brasil um modelo de partido político que ainda não contemplava as diversas orientações políticas existentes em nossa sociedade, posto que eram os interesses de determinados grupos políticos regionais (oligarquias) os

mais bem representativos que outros. O autor afirma que o modelo brasileiro é imitado do federalismo norte-americano bem como suas principais ideias, as quais caracterizam os primeiros anos do nosso Regime Republicano.

Portanto, tratava-se de um modelo político que estava sobre o controle de uma classe dominante, predominante rural que detinha o controle dos poderes políticos e econômicos. Foi a chamada República Oligárquica formada especialmente por oligarquias cafeeiras paulistas que possuía as mesmas corrupções eleitorais de outras épocas. Para Paranhos (2007, p. 14), não há praticamente nenhuma diferença em relação ao modelo anterior, salvo o número de eleitores analfabetos que crescem exponencialmente para pelo menos 80% dos eleitores.

A República oligárquica foi responsável por efetivar a chamada “política dos governadores” que consistia basicamente na aliança e acordos entre presidente da República e governadores de Estados. Assim, estes últimos garantiriam apoio aos candidatos do Poder Federal que em troca não poderia interferir nas eleições estaduais. No entanto, para que tal apoio fosse efetivado, havia o sistema de mando chamado “coronelismo” formado pelos coronéis que eram grandes proprietários de terras com enorme prestígio político, social e econômico sobre as circunvizinhanças de suas terras.

Segundo Victor Leal Nunes *apud* Paranhos (2007, p. 15), tratava-se de chefes políticos locais que exerciam o mandonismo sobre a população que, em troca de favores, mantinha sob sua proteção uma imensa qualidade de apadrinhados políticos que lhes deviam obediência cega, além de serem suas principais articulações políticas. Assim o coronel mantinha controle total sobre os votos e os eleitores

Paranhos (2007, p. 17) afirma que tal situação somente começa a mudar a partir dos anos 30 mais precisamente com a Revolução de 1930, que reuniu diversos setores das sociedades descontentes com o modelo político da época que beneficiava uma burguesia rural e oligárquica, que não estava preocupado com mudanças políticas. Assim, com a tomada do poder federal o modelo republicano vigente é extinto e instituído outro cujas alianças são formadas por setores da sociedade que iam desde os conservadores até reformadores mais radicais.

Para o autor é neste momento que um novo quadro político eleitoral começa a ser desenhado de forma bem mais consistente, já que congregava vários partidos

políticos, diferentemente no modelo anterior, além de ser a época em que a democracia avança bastante com a criação de instrumentos de organização para as eleições como a Justiça Eleitoral, dentre outros. Nesse sentido, é o momento em que são lançadas as bases do sistema partidário brasileiro, sobretudo com a criação de comícios, são fomentadas discussões políticas entre diversos grupos sociais etc.

Entretanto, os anos 30 ainda não foram suficientes para que os partidos políticos pudessem se consolidar no Brasil. Já que com o passar dos anos começaram a enfrentar dificuldades com o Golpe de Vargas em 1937 que instaura o “Estado Novo” e extingue todos os partidos políticos existentes, isso até 1945, pois com o fim da II Guerra Mundial e a aversão que governos ditatoriais geram na sociedade cria bases para o surgimento de uma Democracia Liberal.

Schmidt (2000) *apud* Paranhos (2007, p. 21), afirma que a Terceira República pode ser considerada, de fato, a primeira experiência de uma democracia representativa no Brasil, visto que tal expressão ficou assegurada após a promulgação da Constituição Federal de 1946, embora ainda apresentasse alguns entraves no que se refere à organização dos partidos.

Assim, em abril de 1964 é deflagrado do Golpe de Estado pelos militares brasileiros. Na verdade, era formado por uma aliança política composta por grupos de diversos setores sociais, tais como religiosos, políticos e econômicos, os quais liderados pelo então presidente General Castelo Branco tomam a democracia de assalto. Uma das principais consequências desse evento foi a eliminação de todas as representações esquerdistas e populistas existente na época, bem como a cassação de suas lideranças e segmentos de apoio.

Porém, o autor lembra ainda que mesmo em se tratando de um modelo político ditatorial, no princípio, era permitida a existência de partidos e casas legislativas no Brasil, já que a democracia brasileira ficou bastante comprometida com sanções aos partidos e após a criação de um sistema de eleição de caráter indireto representativo para escolha de representantes do poder executivo. Tais eleições eram realizadas mediante os chamados Colégios Eleitorais que eram formados por um número bastante limitado de políticos, os quais disputavam os cargos eletivos, mas sem a participação da população neste processo.

Tratava-se, portanto, de um modelo bipartidário em que um partido - considerado oficial - representava o Governo Federal (ARENA – Aliança Renovadora Nacional), cujo número de representantes era altamente majoritário no Congresso Nacional; e outro de oposição, mas com representações em proporção bem menor chamado MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Assim, a conjuntura político-partidária do Regime Militar era composta por um número infinitamente maior de representantes políticos que representavam os interesses do governo, e o segundo possuía o coeficiente mínimo de 20 senadores para representação, isso para atender os requisitos exigidos pelo AC-4. Contudo, isso não impedia de oferecer entraves para que os partidos de oposição avançassem. Já que para ter direito à participação da vida política era preciso que estivessem filiados aos MDB, mas ainda assim encontrava-se limitado pela força do Governo.

Somente em 1979 com a decretação da Anistia - que marca o início do período de redemocratização brasileira – é que o quadro político-partidário brasileiro começa a mudar, uma vez que retornam para o Brasil muitos políticos exilados, considerados de oposição ao Governo que tem também seus direitos políticos restituídos.

Dessa forma o novo cenário político que se desenhava nesta época, o sistema bipartidário que vigorava até então passa a ser considerado inviável, sendo, portanto, extinguido a partir da promulgação da Lei nº 6.767 (em 20 de dezembro de 1979). O fim do sistema bipartidário abre possibilidades para que outros grupos possam participar efetivamente dos processos eleitorais, o que ajudaria bastante a caminhar numa abertura democrática.

Com isso, o Brasil passa de um regime bipartidário para um regime multipartidário cujos partidos políticos são formados a partir das mais diversas correntes ideológicas. No entanto, segundo Paranhos (2007, p. 26) tais mudanças tratavam-se de uma estratégia do Governo Federal que objetivava deter o crescimento da oposição - que à época era representada pelo MDB - e manter o Arena com maioria de representação no Congresso.

Porém, o crescimento da oposição no início da década de 1980 acabou sendo forçosa e deu origem a criação de diversos outros partidos oposicionistas como, por exemplo, PMDB, PDT, PTB e o PT. Assim as estratégias do governo não alcançam seus objetivos inicialmente pretendidos, isso no momento em que “o partido do

Governo se encaminhava para um isolamento político mediante uma crise econômica no início da década de 1980 e a presença dos movimentos sociais em forma de protestos nas ruas, como alternativa ao próprio regime de governo” (PARANHOS, 2007, p. 28).

É neste contexto de transformações políticas que a sociedade passa então a eleger um número maior de representantes oposicionistas, fato que começa a ocorrer em 1982. Mas é em 1984 que ocorre um movimento popular - chamada de Diretas Já - que tinha o objetivo de restabelecer a democracia no país, exigindo eleições diretas para Presidente.

Todas estas mudanças democráticas influenciam decisivamente na estrutura político-partidária brasileira, cujos resultados vêm sendo sentidos até os nossos dias, especialmente com a criação de leis de caráter mais democrático que possibilitaram a criação de vários partidos com diversas perspectivas ideológicas. No entanto, Paranhos (2007) afirma que os partidos brasileiros ainda não são instituições totalmente consolidadas, isto do ponto de vista da representação ideológica, mas altamente importantes para os avanços da democracia.

2.1 Um breve histórico do PT

Segundo Secco (2011, p. 191-192), o Partido dos Trabalhadores – PT nasceu nas greves dos operários metalúrgicos do ABC Paulista, segundo o autor é resultado de uma nova espécie de sindicalismo, produto da nova dinâmica da política no país. O autor cita também outros fatores que contribuíram para a sua formação como o crescimento da população urbana em razão dos movimentos migratórios que estavam em direção ao Sudeste - ocorrido desde a década de 1950 - mais especificamente na cidade São Paulo, sobretudo nos grandes polos industriais.

Conforme exposto no tópico anterior, as mudanças pelas quais a estrutura político-partidária brasileira atravessava no final de 1970 culminando com a Lei da Anistia e na extinção do sistema bipartidário forneceu um quadro político capaz de viabilizar a formação de diversos outros partidos de caráter mais oposicionista, tais como o PTB e o PT.

De acordo com o autor (2011, p. 192), o surgimento de novos atores sociais e movimentos de ações coletivas também cresceram bastante nesse período, que colocou o povo como um dos protagonistas desse novo cenário político que estava se reconstruindo. Dentre os movimentos sociais destaca-se o movimento dos trabalhadores marcados pelo “novo sindicalismo” que surgia na época, o qual tinha entre os seus maiores representantes o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

O Partido dos Trabalhadores é considerado, portanto, um produto dos processos políticos e sociais ocorridos na década anterior, numa época em que a sociedade estava saindo de uma ditadura militar e as mudanças no sistema político-partidário do país já começavam a acontecer. De acordo com Meneguello (1989, p. 42), sua matriz ideológico-política era bastante classista e voltada para a luta em defesa dos movimentos sociais, pois “(...) não era filiado a qualquer doutrina, inclusive marxista. Seu projeto era claramente classista, mas tratava de associar a construção do socialismo ao cotidiano das lutas sociais” (MENEGUELLO, 1989, p. 42). Além disso, também possuía ligações com o setor sindical e valorizava os mecanismos de participação e de associação com as diversas lutas sociais.

Ao final da década de 80, já era bem claro o espaço conquistado pelo partido na sociedade, já que em 1982 ao disputar as primeiras eleições foram eleitos cerca de 8 deputados federais, o que lhes proporcionou uma dimensão nacional muito grande nos anos posteriores. Em 1986 o partido dobrou sua bancada federal e fez parte da Assembleia Constituinte em 1988. Assim, anos depois pulou de 3 para 38 prefeituras, incluindo capitais importantes como São Paulo e Porto Alegre. Mas foi em 1989 que ao conquistar mais de 11 milhões de votos com a candidatura Lula-Bisol (Frente Brasil Popular) que o partido surpreendeu todo país, pois pôde chegar ao segundo turno da primeira eleição direta para Presidente da República depois de mais trinta anos de ditadura, batendo candidatos tradicionais como Leonel Brizola.

Com isso, após 27 anos de sua criação o PT já possuía cerca de 422 prefeituras, 5 governos estaduais, dois vice-governos, 12 senadores e mais de 81 deputados federais, os quais compunham a sua base aliada, além do cargo de presidente conquistado por Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. É bom frisar que nas disputas para Presidente da República, Lula sempre foi o “cabeça chave” responsável por criar alianças com outras legendas da esquerda, salvo em 2002 quando se aliou com o PL e teve como vice o então Senador José de Alencar.

É acumulando votos e projeção na cena política nacional que o PT em 2000 vence em mais de 200 municípios, incluindo também em São Paulo e consegue ter uma expressiva campanha política e amplia sua base aliada. Nesta época a linha político-ideológica do partido se negava a se envolver com o poder da publicidade. Entretanto, com o passar do tempo o PT mudou radicalmente esta postura e passou a usufruir das benesses do marketing eleitoral a partir das campanhas presidenciais nos anos de 94 e 98, especialmente, com a entrada do publicitário Duda Mendonça para a coordenação das campanhas. Além disso, passou a fazer alianças políticas com outros partidos, inclusive com o PL – Partido Liberal, o que veio consolidar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência de República.

Antes mesmo deste momento, o PT já mostrava sinais de moderação em sua plataforma política, embora não abrisse mão da imagem de partido de esquerda - reforçada ainda mais ao longo de dois mandatos de FHC - Lula acabou vencendo o candidato do PSDB José Serra nas eleições de 2002. Nesta época o PT juntou a maior bancada federal de sua história, já que conseguiu eleger mais de 91 deputados federais e cerca de 10 senadores, além de mais 3 governos estaduais (Piauí, Acre e Mato Grosso do Sul).

Assim já há mais de oito anos no poder nas eleições de 2010 o PT se aliou ao PMDB numa política de coalizão que reuniu mais de 12 frentes políticas de diferentes perspectivas e ideologias para eleger a então Presidente da República Dilma Roussef. Para Romano (2008, p. 28) as mudanças do partido para o centro-esquerda acabaram de certo modo facilitando a neutralização do mesmo, não somente pelas suas alianças políticas, mas também por se integrar a todos os postos do governo, compactuando com a política econômica atual do qual era extremamente crítico.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Esse capítulo apresenta o desenho de pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como descreve a forma como será elaborado o banco de dados, o tratamento e as técnicas que serão utilizadas para atender os objetivos da pesquisa e responder nossa questão de estudo.

Nosso primeiro passo é descrever o objeto de estudo. Analisamos quatro eleições brasileiras para o cargo de prefeitos municipais: (2000, 2004, 2008 e 2012). Cujo foco foi observar a dinâmica do desenvolvimento eleitoral dos partidos políticos, mais especificamente do Partido dos Trabalhadores (PT). O quadro abaixo resume o desenho de pesquisa:

Quadro 1 - Desenho de pesquisa

Questão de Pesquisa	Qual o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais em Alagoas?
Objetivo Geral	Analisar o desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais.
População	Resultados eleitorais por partidos políticos no Brasil
Recorte temporal	2000 a 2012 (quatro eleições municipais)
Técnicas	Estatística descritiva

Fonte: elaboração da autora (2014).

O primeiro passo para o desenvolvimento desse trabalho, após elaboração do desenho de pesquisa e revisão de literatura, foi a construção de um banco de dados referente às eleições municipais. O banco de dados foi elaborado a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente aos resultados eleitorais para as disputas municipais do cargo de prefeito. Em função do objeto de estudo, consideramos todos

os partidos nas eleições já mencionadas. O quadro abaixo descreve as variáveis que compõem o banco de dados.

Quadro 2 – Banco de dados geral

#	Nome	Rótulo da Variável	valores
01	ano_eleit	Ano Eleitoral	1=2000 2=2004 3=2008 4=2012
02	partido	Partido Político	String
03	uf	Unidade da Federação	String
04	região	Região	1=Norte 2=Nordeste 3=Centro-Oeste 4=Sudeste 5=Sul
05	n_cand	Número de candidatos por partido na Eleição	String
06	n_eleito	Número de candidatos eleitos por partido na Eleição	String
07	n_voto	Número de votos por partido na Eleição	String
08	med_voto	Média de votos por partido na Eleição	String
09	tx_suc	Taxa de Sucesso eleitoral por partido na Eleição	String

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE (2014).

Metodologicamente, esse banco de dados possibilita análise da taxa do desempenho dos partidos políticos no Brasil, considerando os cargos de prefeitos em quatro eleições. As análises foram feitas em função das unidades da federação, partidos políticos e ano eleitoral. No entanto, ainda há a limitação de análise por tamanho de colégio eleitoral e se os resultados separam ou não capitais de estados por demais cidades. A fim de superar essa limitação, elaboramos um segundo banco de dados com informações sobre resultados eleitorais exclusivas referentes ao Partido dos Trabalhadores, descrito no quadro abaixo.

Quadro 3 – Banco de dados por tamanho do colégio eleitoral

#	Nome	Rótulo da Variável	valores
01	ano_eleit	Ano Eleitoral	1=2000 2=2004 3=2008 4=2012
02	uf	Unidade da Federação	String

03	região	Região	1=Norte 2=Nordeste 3=Centro-Oeste 4=Sudeste 5=Sul
04	cap_int	Capital ou Interior	1=Capital 2=Interior
05	n_eleit	Número do Eleitorado por Município	1=até 5.000 2=5.001 a 10.000 3=10.001 a 20.000 4=20.001 a 50.000 5=50.001 a 100.000 6= >100.000
06	n_cand	Número de candidatos por partido na Eleição	String
07	n_eleito	Número de candidatos eleitos por partido na Eleição	String
08	n_voto	Número de votos por partido na Eleição	String
09	med_voto	Média de votos por partido na Eleição	String
10	tx_suc	Taxa de Sucesso eleitoral por partido na Eleição	String

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE (2014).

Metodologicamente utilizamos estatística descritiva para analisar dados referentes às eleições municipais para o cargo de prefeito em todas as cidades brasileiras. Do ponto de vista descritivo e exploratório, a análise comparada por tamanho dos municípios e unidades da federação representa um avanço científico na medida em que apresenta resultados possíveis de novas análises. Ou seja, nosso foco foi descrever e explorar os resultados, dando possibilidade para que uma nova agenda de pesquisa sobre o mesmo tema possa fazer inferências causais a respeito dos fenômenos.

A fim de justificar a escolha pelo recorte temporal, estamos trabalhando com toda a base de dados disponível pelo TSE para as eleições municipais. No entanto, foi verificado que a série temporal só se inicia em 2000. Qualquer análise que necessite de dados de eleições municipais para anos anteriores terá que recorrer a outros repositórios.

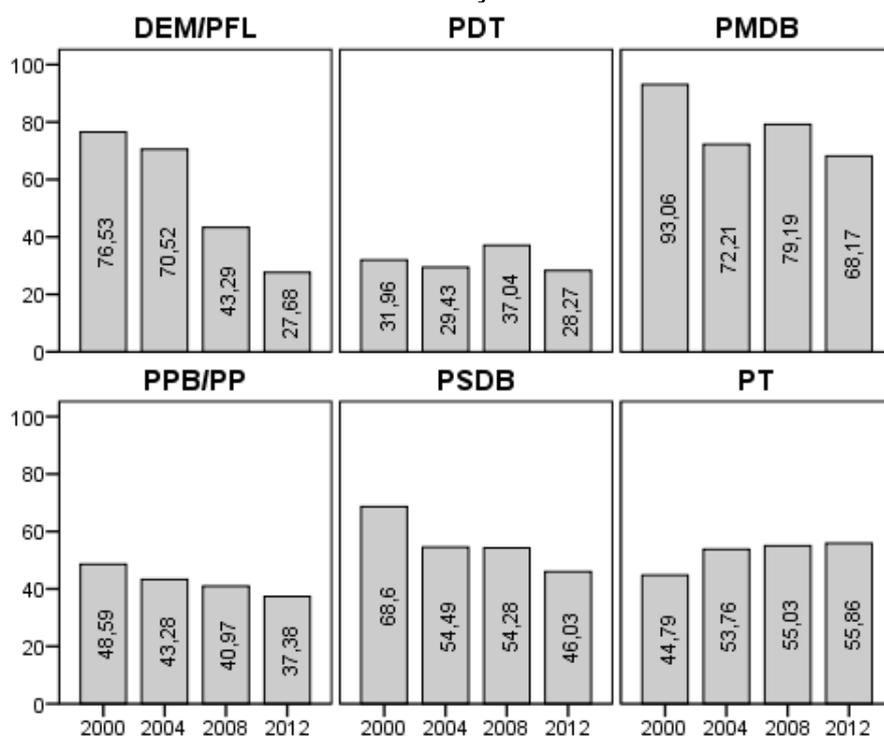
Com o objetivo de facilitar e tornar mais compreensível e intuitiva a análise comparativa entre os partidos políticos no Brasil, consideramos os seis maiores partidos políticos com base nos dados da conquista de prefeitos a partir das eleições de 2000. De forma mais prática, analisar e comparar todos os partidos políticos se tornaria uma tarefa metodologicamente trabalhosa e didaticamente comprometida em

função do número de partidos políticos com registro no TSE e com representação nas eleições municipais. Nestes termos, a necessidade de estabelecimento de um critério de comparação de desempenho entre os partidos políticos considerou para análise apenas o DEM/PFL, PDT, PMDB, PPB/PP, PSDB e PT.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E ANÁLISES

Essa seção do trabalho apresenta os resultados e análises dos partidos políticos no Brasil em função do seu desempenho eleitoral para os cargos de prefeitos municipais. O gráfico 1 ilustra a média percentual de candidatos a prefeitos nas Eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012, considerando todos os Estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Gráfico 1. Média de candidatos dos partidos políticos por ano eleitoral por Unidade da Federação.

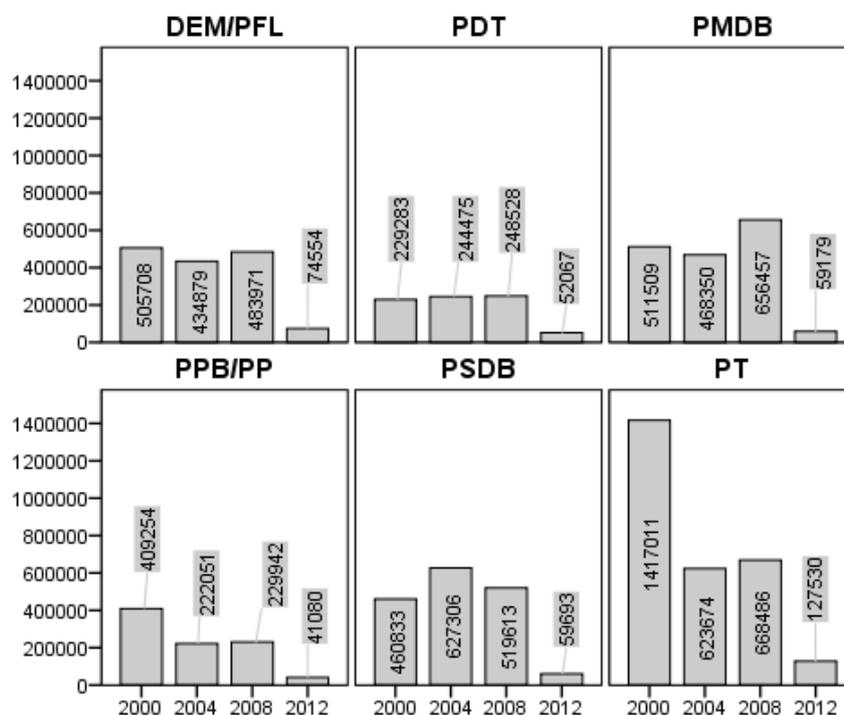


Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Os resultados acima mostram o número de candidatos por partidos políticos entre os anos eleitorais de 2000 e 2012, para candidatos a prefeitos municipais. Como observado, o PFL/DEM apresenta no ano de 2000 76,53 candidatos a prefeitos em cada Estado, decaindo ano a ano, chegando a uma média de 27,68 candidatos por Estado nas últimas eleições para prefeitos. Essa lógica de redução de candidatos em nível nacional também é seguida pelo PPB/PP e PSDB, ou seja, diminuição de número de candidatos a cada ano eleitoral. Quanto ao PT, o que percebemos é um aumento do número médio de candidatos, ou seja, em 2000 o Partido dos

Trabalhadores lança uma média de 44,79 candidatos prefeitos por Estado no Brasil, chegando a 55,86 em 2012. Depois de apresentar o número de candidatos, o gráfico 2 apresenta a quantidade média de votos que cada partido auferiu nos anos eleitorais para o cargo de prefeito.

Gráfico 2. Média do número de votos dos partidos políticos e ano eleitoral



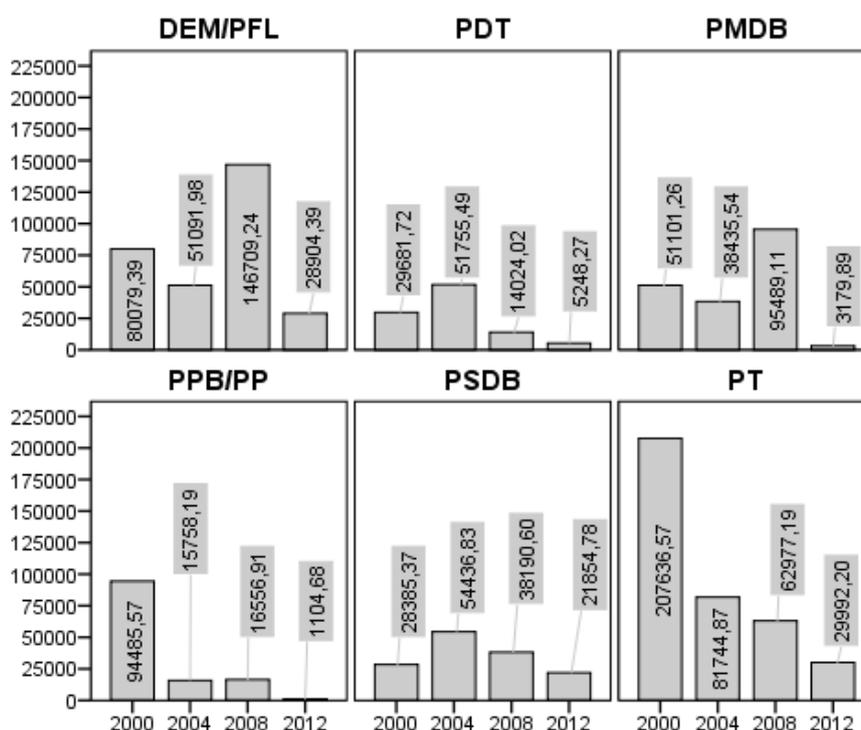
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Os resultados acima indicam, por exemplo, que o PMDB recebeu em média 511.509 por Estado nas Eleições de 2000, enquanto o PFL/DEM obteve 505.708, o PDT ficou com 229.283; o PPB/PP conquistou 409.254; PSDB 460.833 e o PT obteve 1.417.011 votos nesse mesmo ano. No ano de 2000, mesmo o PT lançando um número de candidatos bem menor que o PMDB, obteve quase o triplo da quantidade de votos. Uma possibilidade explicativa para esses fenômenos diz respeito ao crescimento do PT a partir desse ano e não o ano de 2002, com a eleição do Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República. Uma observação importante, mas que não é objeto específico de estudo dessa monografia, diz respeito ao fato de que todos os partidos políticos aqui analisados têm seus votos reduzidos de forma significativa nas Eleições 2012. Para os dados desse ano, respectivamente, PMDB

(59.179), PPB/PP (41.080) e PT (127.530) têm seus valores médios de votos por Unidade da Federação reduzidos, em média, a um décimo do que obtiveram em 2000.

Do ponto de vista exploratório, esse fenômeno pode ser explicado (1) pelo fato de que as Eleições de 2012 tem um número maior de partidos políticos atuando nas disputas eleitorais, acirrando ainda a concorrência; e/ou (2) possível desgaste da imagem pública de partidos como o PMDB e PT. A seguir, apresentamos o que pode ser traduzido como a média do número votos por candidato dos partidos políticos em análise, por ano eleitoral, considerando o conjunto de todos os candidatos no Brasil.

Gráfico 3. Média do número de votos dos candidatos por partidos políticos e ano eleitoral



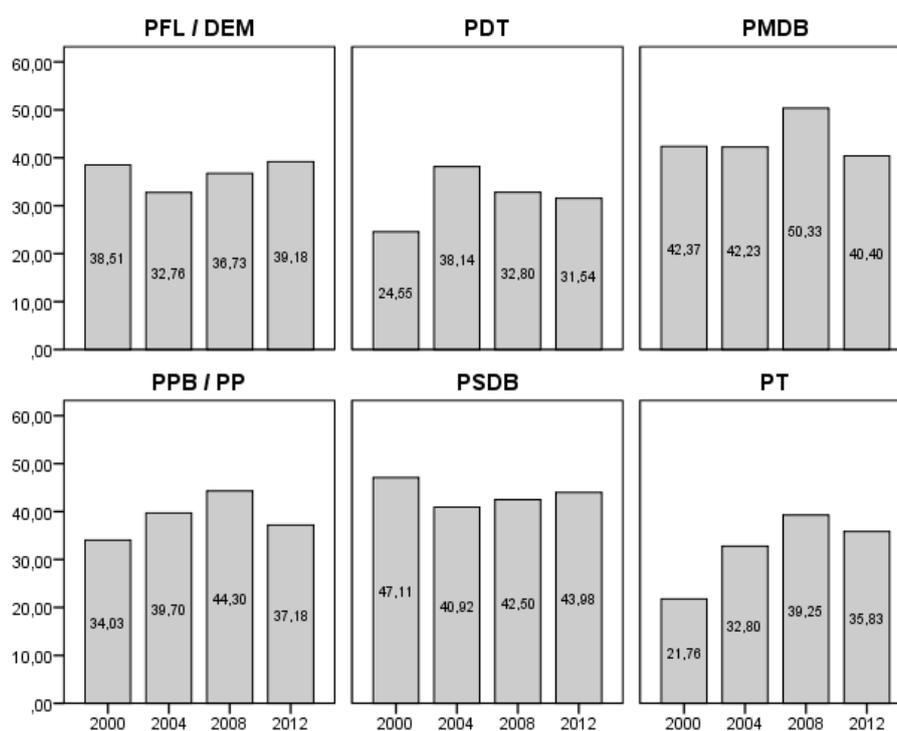
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Ainda no ano de 2000, o DEM/ PFL obteve 80.079,39 dentre o total do número de votos naquelas eleições, o PDT obteve 29.681,72; enquanto o PMDB alcançou 51.101,26 ao passo que o PPB/PP 94.485,57 o PSDB 28.385,37. Já o PT com 207.636,57 apresentou o maior número de votantes, cuja explicação pode ser atribuída ao momento político de crescimento que experimentava neste período, o qual foi comentado anteriormente. Contudo, é também possível observar através dos dados que o referido partido vem experimentando desde o pleito de 2004 uma queda acentuada de votos, embora isso também possa ser verificado em outros partidos.

Assim, em 2012 o DEM/PFL apresentou 28.904,39 o PDT 5.248,27; o PMDB 3.179,89 o PPB/PP apresentou 1.104,68 o PSDB 21.854,78 e o PT 29.992,20. Porém, embora o número de votos tenha descido bastante para o PT nesse período, ainda pode ser considerado em relação aos demais, sendo ultrapassado apenas pelo DEM/PFL. A explicação possível para esta acentuada queda é o desgaste da imagem pública do partido ao longo desse período, já discutida em parágrafos anteriores.

O gráfico a seguir apresenta o que pode ser considerada como a média da taxa de sucesso dos partidos político por ano eleitoral, analisando a atuação dos mesmos ao longo deste período.

Gráfico 4. Média da taxa de sucesso dos partidos políticos por ano eleitoral



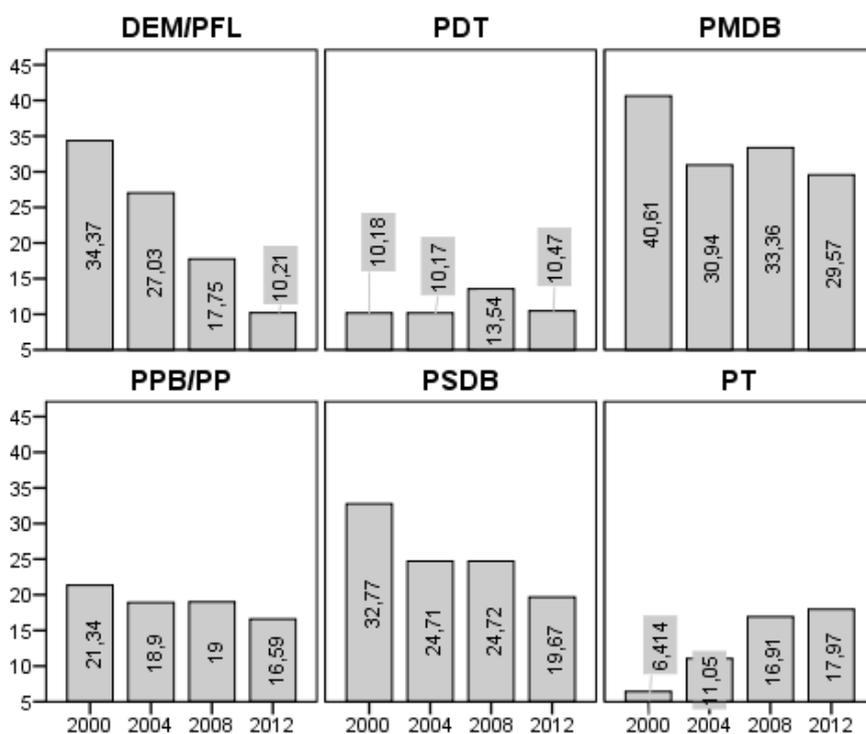
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Segundo os resultados, a maior média para o DEM/PFL ocorreu em 2000 quando apresentou uma média de 38,51 ao passo que o PDT apareceu com 24,55, embora seu maior índice tenha sido em 2004 (38,14). No caso do PMDB, este registrou média de 42,37 em 2000, mantendo-se estável na eleição seguinte e atingindo picos de 50,33 em 2008, voltando à estabilidade em 2012 com 40,40. O PPB/PP, por sua vez, teve uma média de 34,3 no ano de 2000, mantendo resultados no pleito seguinte e alcançado picos de 44,30 em 2008, mas em 2012 volta a manter os índices anteriores de 37,18.

O PSDB destaca-se nas eleições de 2000 com uma média bastante alta de 47,11, mas foi decrescendo nos pleitos seguintes dentro do recorte temporal da pesquisa. Já o PT apresentou uma das medidas mais baixas em 2000 com 21,76, embora tenha crescido bastante nos anos posteriores, chegando a atingir seu ápice em 2008 com 39,25, voltando a decrescer em 2012, quando atinge 35,83.

Em termos analíticos é possível afirmar que o aumento dos índices da média de sucesso do Partido dos Trabalhadores pode ser atribuído ao crescimento do partido no cenário político nacional ao longo da última década, especialmente com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002, pois é possível verificar que após esse ano o partido vem experimentado números consideráveis no crescimento de candidatos eleitos nos pleitos seguintes. O gráfico 5 apresenta os dados relacionados à média de candidatos eleitos por partido político e ano eleitoral.

Gráfico 5. Média de eleitos dos partidos políticos por ano eleitoral



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

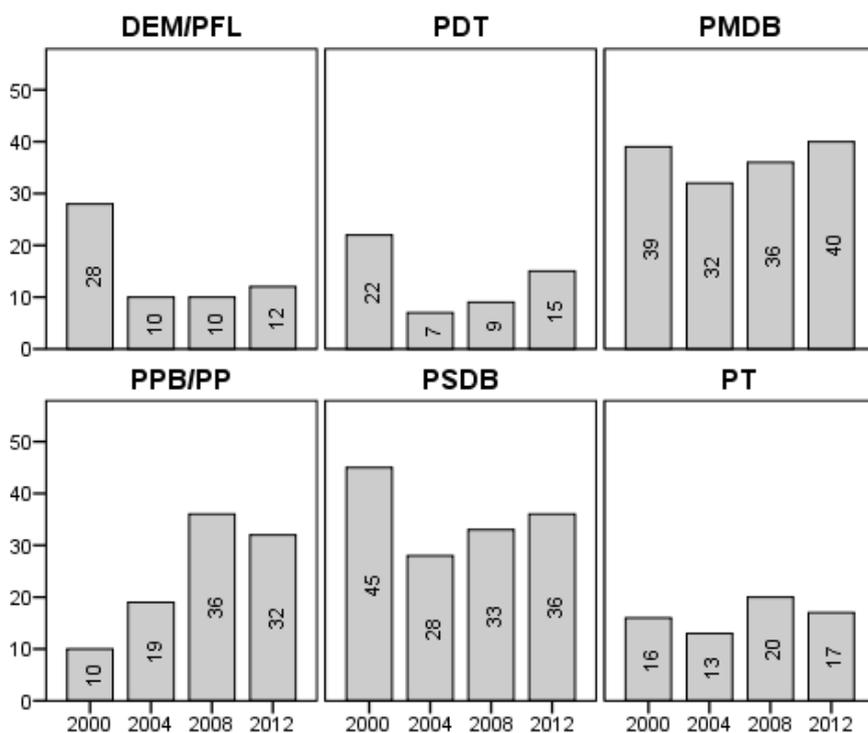
Os números apontam que a média apresentada pelo DEM/ PFL em 2000 foi de 34,37, já o PDT obteve neste mesmo ano 10,18, contudo sua maior média foi em 2008 com 13,54. O PMDB, por sua vez apresentou um alto índice nesse ano, ultrapassando os demais com 40,61 e o PPB/PP obteve 21,34. Já o PSDB alcançou 32,77 e o PT

neste mesmo ano apareceu com 6,414. Assim, a sua maior alta somente apareceu em 2012 com 17,97, o que corresponde a um acentuado crescimento explicado pela projeção política que o tornou mais competitivo.

Assim, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva houve aumento considerável de deputados eleitos pelo Partido dos Trabalhadores na bancada do Congresso. Logo, o contingente do eleitorado com preferência pelos petistas aumentaram bastante, o que, conseqüentemente, gerou mudanças no quadro das eleições seguintes melhorando a média de eleitos do PT.

A seguir é apresentado o gráfico com os dados relacionados à média de candidatos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas, de modo que possa analisar o crescimento e a evolução destes nas eleições.

Gráfico 6. Média do número de candidatos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas



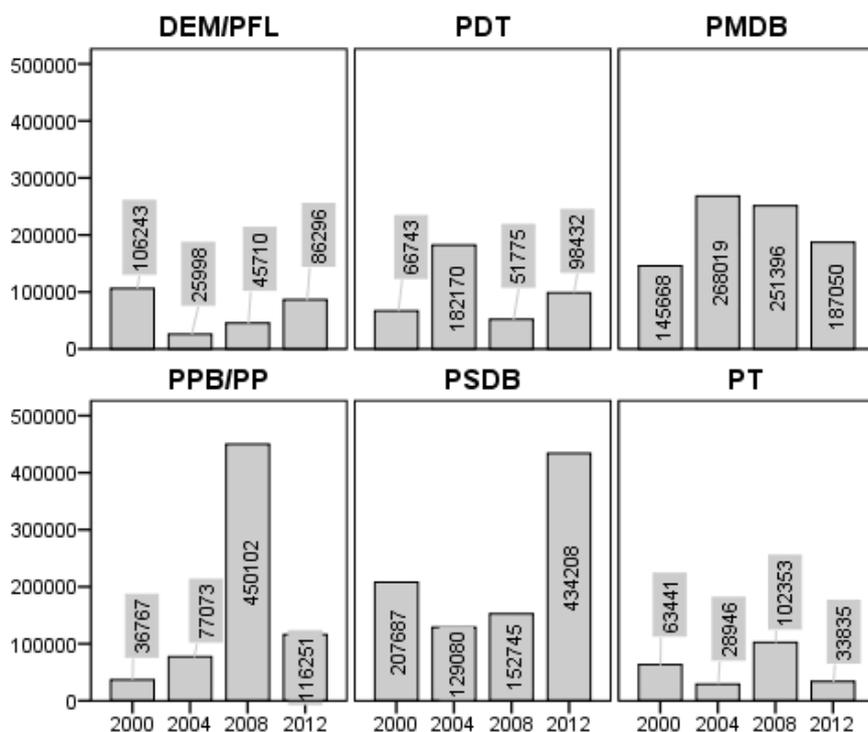
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

O Gráfico 6 aponta que a média do número de candidatos entre o DEM/PFL no ano de 2000 foi de 28, embora tenha apresentando queda durante o período analisado, mas com um leve crescimento em 2012, sem grande expressão. Já o PDT apresentou 22, contudo também apresentou índices bem menores no decorrer das eleições seguintes, no entanto com uma melhora no último pleito. O PMDB por sua

vez apresentou, em 2000, 39, e continuou crescendo bastante até 2012 em que atingiu picos de 40. No caso do PPB/PP apresentou 10 em 2000, bem como um crescimento considerável nas eleições seguintes. Em relação ao PSDB, apresentou 45, mas com diminuição de média no decorrer do período.

O PT apresentou sua maior média nas eleições de 2008 (20), entretanto, nota-se que durante o período analisado o partido tem obtido um desempenho regular, visto que a média do número de candidatos tem apresentado altos e baixos. É possível observar que no último pleito dentro do recorte temporal da pesquisa, o PT, apresentou número de 17 que é abaixo do resultado anterior. O gráfico abaixo nos mostra os dados relacionados à média do número de votos dos partidos político por ano eleitoral no Estado de Alagoas, analisando o desempenho deste ao longo do período 2000-2012.

Gráfico 7. Média do número de votos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas

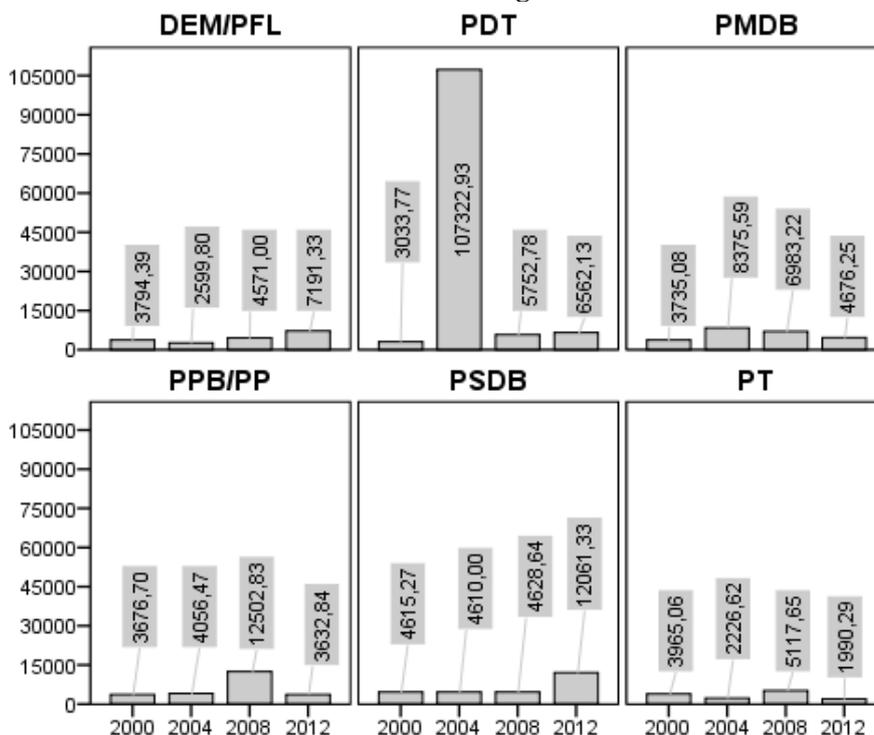


Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Os dados apontam que em 2000 o DEM/ PFL recebeu um número de 106.243 e que mesmo tendo diminuído nas duas eleições seguintes voltou a crescer em 2012. Já o PDT obteve 66.743 de votos, mas que apresentou um aumento para 182.170 no pleito de 2004, diminuindo em 2008 e voltando a subir acentuadamente em 2012, quando se destacou com índice de 98.432.

Em relação ao PMDB os números apontam que, em 2000, houve 145.668 com crescimento nas duas eleições posteriores, mantendo-se estável em 2012. No caso do PPB/PP, os dados apontam 36.767 em 2000; 77.073 em 2004. Entretanto, os maiores índices de votos ocorreram nas eleições de 2008 com 450.102 e em 2012 116.251 respectivamente. Já o PSDB teve em 2000 207.687 e 434.208 na última eleição do período analisado. No entanto, o PT tem apresentado números regulares, pois em: 63.441 em 2000; 28.946 em 2004; 102.353 em 2008 e 33.853 em 2012. Uma explicação possível para estes desníveis pode estar relacionado ao crescimento do eleitorado que o Partido dos Trabalhadores experimentou na última década, especialmente na reeleição do Presidente Lula em 2006 quando atingiu altos níveis de popularidades, mas que também foi acompanhado pelo desgaste da imagem pública do partido na última eleição analisada neste recorte temporal. A seguir o gráfico 8 apresenta dados sobre a média do número de votos dos candidatos segundo os partidos político em Alagoas dentro do período analisado.

Gráfico 8. Média do número de votos dos candidatos por partidos políticos e ano eleitoral em Alagoas



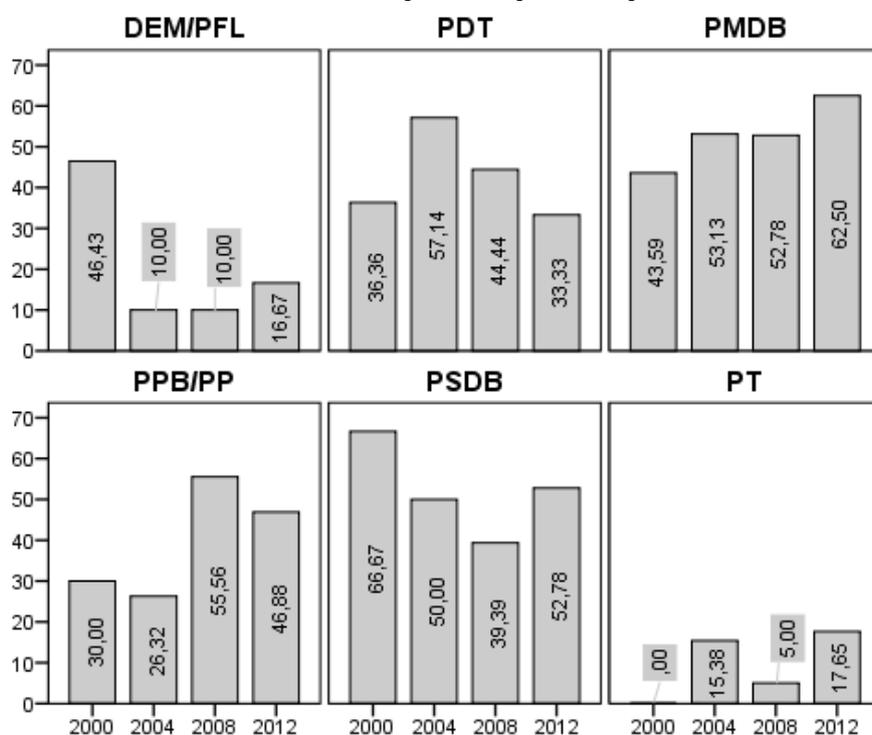
Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

Os números mostram que em 2000 o DEM/PFL apresentou 3.794,39 já o PDT surge com 3.033,77 e na eleição seguinte sobe para 107.322,93, mas que cai nos

pleitos posteriores. Já o PMDB apresenta número total de votos em 2000 de 3.735,08 o PPB/PP tem 3.676,70 e o PSDB que obteve 4.615,27 neste ano, mas que teve um aumento considerável ao longo do período analisado, obtendo 12.061,33 em 2012. O PT por sua vez apresenta 3.965,06, contudo experimenta queda nas eleições posteriores.

Segundo Venturi (2010, p. 204), um contingente eleitoral com preferência pelo PT tem crescido bastante desde a última década, especialmente na reeleição para o segundo mandato do ex-presidente Lula, em que verifica-se alterações sócio demográficas consideráveis no perfil do eleitorado do partido, popularizando-se. Contudo, o que se observa pelos dados, é que tais alterações ainda não têm apresentado grande expressões entre os eleitores do Estado de Alagoas. Já o gráfico 9 apresenta os índices relacionados à média da taxa de sucesso dos partidos políticos no Estado de Alagoas segundo o período analisado.

Gráfico 9. Média da taxa de sucesso dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

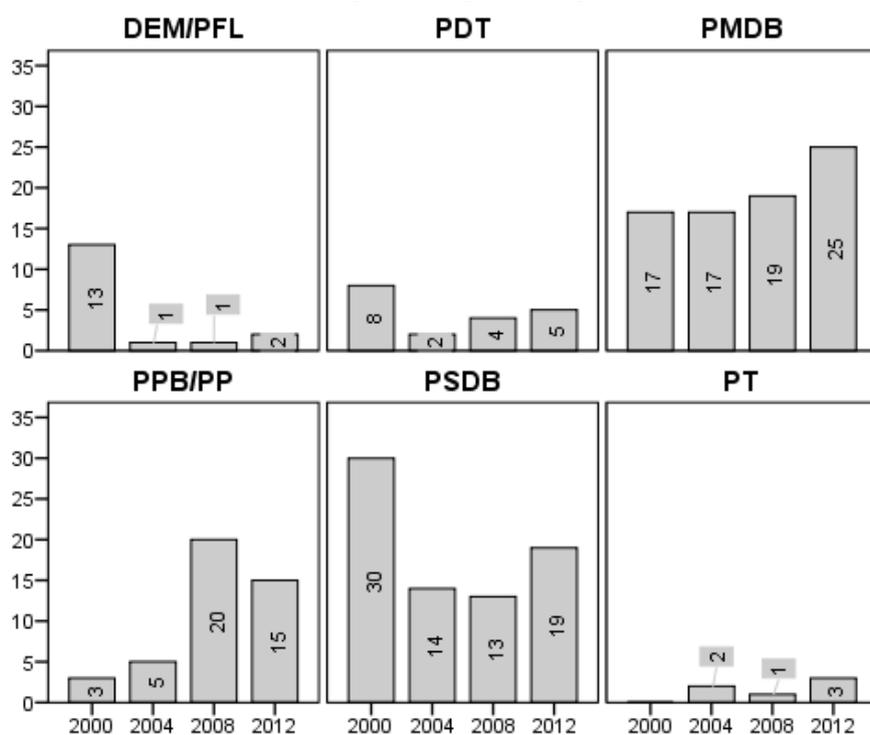
Segundo o gráfico acima no ano 2000 o DEM/ PFL apresentou um índice de 46,43, sendo esta sua maior média dentro do período analisado por este estudo, ao passo que o PDT obteve 36,36 cuja maior média foi em 2004 com 57,14. No caso do PMDB a média tem evoluído bastante ao longo da última década, posto que começa

com 43,59 em 2000 e atinge 62,50 em 2012. Já em relação ao PPB/PP começa com 30,00, atinge 55,56 em 2008 (maior média) e chega a última eleição com 46,88. No caso do PSDB, esse alcança seu índice máximo também em 2000 com 66,67, embora nos anos seguintes os números não tenham se alterado substancialmente.

Contudo, o PT, no ano 2000, sua média de sucesso no Estado de Alagoas é nula em 2000, apresentando crescimento considerável nas eleições de 2004 com 15,38, provavelmente devido à ascensão do partido em 2002 no primeiro mandato do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. No entanto, experimenta uma baixa em 2008 com 5,00, mas que logo consegue se recuperar no pleito de 2012 quando apresenta 17,65, o que pode ser explicado como a repercussão no Estado do crescimento do partido nacionalmente.

No gráfico 10, são apresentados os dados referentes à média de eleitos dos partidos nas eleições realizadas em Alagoas, segundo o período determinado para este estudo.

Gráfico 10. Média de eleitos dos partidos políticos por ano eleitoral em Alagoas



Fonte: elaboração da autora a partir de dados do TSE (2012).

O gráfico 10 demonstra que no ano 2000 o DEM/PFL apresentou média de 13, já o PDT obteve 8 e ambos não apresentaram médias consideráveis nos anos eleitorais posteriores. O PMDB que neste ano apresenta 17 tem um significativo

aumento ao longo do período estudado, alcançando 25 em 2012. No caso do PPB, esse obtém média de 3, mas ao longo das eleições vem crescendo bastante, alcançando boa representatividade. Em relação ao PSB, este apresenta inicialmente índice bastante superior aos demais, ou seja, com 30, mas que nas eleições posteriores foram diminuindo. Já o PT começa com indicador nulo em 2000, visto que em Alagoas o partido não tinha representatividade, mas que nas eleições posteriores passa a crescer gradativamente chegando a atingir uma média de 3 em 2012.

Em termos analíticos, o crescimento da média do PT por ano eleitoral dentro do período analisado pode ser explicado através da evolução do partido no cenário político nacional, que trouxe significativas novidades no âmbito político-eleitoral. Já que o contingente eleitoral do Partido dos Trabalhadores passou a abrigar eleitores de outras camadas sociais e regionais, cujos números têm sido bastante expressivos nos processos eleitorais ao longo da última década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos resultados demonstraram que a ascensão do Partido dos Trabalhadores na política alagoana acompanhou o crescimento deste no cenário político nacional desde a primeira eleição do Ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2002. Desse modo, na medida em que o contingente de eleitores petistas foi se expandindo para camadas sociais e também regiões, tal crescimento acabou se estendendo também para outros Estados como Alagoas, onde o PT até então tinha pouca expressividade eleitoral.

É possível afirmar que os números que denotam que a força eleitoral do PT nas eleições municipais do Estado foram reflexos do desempenho do partido na política nacional, bastante influenciadas pelos dois mandatos do Governo Lula, cuja popularidade apresentou altos especialmente no segundo mandato, quando a bancada petista alcançou um grande número de congressistas. Entretanto os resultados também demonstram que a partir das eleições para Presidente da República em 2010 é possível verificar uma significativa fragilização dos votos petistas, os quais foram diminuindo nas últimas duas eleições.

Apesar destes altos e baixos, o Partido dos Trabalhadores nunca realmente teve grandes expressividade na política estadual e municipal, assim como os demais partidos de esquerda. Isso se comparado aqueles considerados de “direita” como o PMDB e o de centro-esquerda como o PSDB que controlam grande parte dos votos válidos para composição das câmeras e prefeituras no Estado.

Desse modo, mesmo tendo crescido exponencialmente no cenário político nacional nesta última década - expandindo seu contingente eleitoral para regiões mais distante do eixo Sul-Sudeste - ainda está bem distante de alcançar as médias eleitorais de partidos como PMDB e PSDB. Tal reflexão demonstra, ao menos no Estado de Alagoas, o desempenho do PT na política local está bastante relacionado com o seu comportamento nas eleições majoritárias nacionais.

As possíveis causas que podem explicar a pouca expressividade não somente do Partido dos Trabalhadores, mas também dos demais partidos de esquerda, a própria

dinâmica e história da política local que têm privilegiado grupos políticos dominantes de viés mais conservador que há décadas exercem forte domínio no Estado.

Em Alagoas, desde o século XIX que é verificada uma tendência histórica de concentração de poderes políticos que perpetua a dominação de famílias tradicionais na política local, os quais são expressos nos processos eleitorais, tal qual ocorrido nos dois últimos pleitos para prefeito da capital e governador respectivamente. Em nosso Estado, a relação entre política e poder econômico tem trazidos diversas implicações para o contexto sociopolítico que por sua vez reflete nos processos eleitorais.

Porém, há diversos outros fatores que podem explicar o grau de importância de um partido em uma determinada região, bem como seu desempenho político. Tal como: número de filiados, municípios com sede própria, vínculos com os movimentos sociais, atuação dos parlamentares no legislativo, interesses que pretende representar, índices de aprovação ou reprovação dos governos eleitos, número de representantes eleitos no local, dentre outros que podem tornar um partido competitivo e forte na política local.

Desse modo, um estudo que se propõe a explicar as causas do desempenho de um determinado partido deve levar em consideração todo esse conjunto de indicadores, visto que são fatores determinantes para definir o sucesso de um partido na política regional. Contudo, embora sejam pontos relevantes, escaparam ao objetivo geral deste trabalho, sendo recomendado maior aprofundamento dessas questões para outros em outro projeto de pesquisa que possam vir a ser desenvolvidos sobre o tema.

No presente estudo, foram analisados somente os dados de desempenho do PT ao longo das últimas quatro eleições municipais, logo, as pesquisas posteriores podem ajudar a responder com maior profundidade questões pertinentes à sua trajetória. Afinal o Partido dos Trabalhadores tem atingido uma longevidade que poucas agremiações do mesmo viés político alcançaram na história da política brasileira, as quais merecem receber maior atenção por parte das Ciências Sociais. Além disso, o estudo pode servir de base para desenvolver outros trabalhos sobre a presença do partido em Alagoas ao imprimir um caráter científico a estes dados e com isso ajudar a analisar o comportamento do seu eleitorado nos últimos anos.

Ademais, o trabalho surge para contribuir com uma discussão até então inédita no âmbito dos estudos sobre os partidos políticos no Estado de Alagoas, cuja escassez de pesquisas sobre o tema é evidente. O que ajudará a entender não somente a trajetória do partido na realidade local e sua contribuição para compor o “quadro” político que vem sendo desenhado no Estado nos últimos dez anos.

Além disso, é um trabalho que possibilita compreender, entender as mudanças ocorridas no panorama da política local após o surgimento do Partido dos Trabalhadores, correlacionado aos dados eleitorais do período compreendido entre (2000-2012) para avaliar sua força nas eleições em comparação às demais agremiações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANDRADE, Angelo Bôsko Machado de. *O sistema eleitoral brasileiro: condições de elegibilidade*. 2009. 50f. Monografia (Especialização) Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Brasília, 2009. Disponível em:< <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3625>> Acesso em 17 de jul. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 13 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 Dez. 1979. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 17 jun. 2014.

CINTRA, Antônio Octávio. “Majoritário ou proporcional? Em busca do equilíbrio na construção de um sistema eleitoral”. In: FLEISHER, David; ABRANCHES, Sérgio (orgs.). *Reforma política: agora vai?* Fundação Konrad Adenauer, 2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “O sistema partidário brasileiro: um balanço de tendências recentes”. In: *XXXVI Encontro Anual da ANPOCS*, s/d, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, s/d, p. 1-32. Disponível em:< http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8132&Itemid=217> Acesso em 17 de jul. 2014.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n 2, nov/2008, p.432-453. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200007&script=sci_arttext> Acesso em 24 de jul 2014.

FREITAS, Andréa. Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil. *Caderno CRH*, v.21, n.52, Salvador, jan./abr. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100004> Acesso em 24 de jul 2014.

KINZO, Maria D'Alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 19, n. 54. fev/2004, p. 23-41. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092004000100002&script=sci_arttext> Acesso em 24 de jul 2014

LIMA, Maria Solange. *Análise do sistema partidário brasileiro: a evolução das bancadas parlamentares na década de 90*, 2005. 52f. Monografia (Especialização em Gestão Legislativa), Curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão Legislativa, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados Departamento de Administração, Universidade de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em:< <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/461>> Acesso em 24 de jul 2013

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, Jairo César Marconi. A representação política e a questão da desproporcionalidade no Brasil. *Revista Novos Estudos*. n 33, jul/1992, p. 222-235. Disponível em:< http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/67/20080625_a_representacao_politica.pdf > Acesso em 17 de jun 2014.

NICOLAU, Jairo César Marconi. *O sistema partidário brasileiro (1945-1994): um estudo sobre as razões da desproporcionalidade*. 1995. 215f. Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1995.

NICOLAU, Jairo César Marconi e SCHIMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n 36, São Paulo, 1995, p.129-201. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451995000200008&script=sci_arttext> Acesso em 17 jun 2014.

PARANHOS, Ranulfo. *Manda quem pode, obedece quem é deputado- partidos políticos na relação executivo-legislativo na Arena Subnacional: O Caso Pernambuco: 1999-2006*. 2009. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na Arena Legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, n 4, 2003, p. 735-771. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400004&script=sci_arttext > Acesso em : 17 jun 2014.

ROMANO, C. C. *Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo*. 2008. 172f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Direito, História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, UNESP, 2008. Disponível em:< <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/ROMANO.pdf>> Acesso em 24 mar 2012.

SADEK, Maria Tereza. Sistema partidário brasileiro: a debilidade institucional. *Working Paper* n.72, Barcelona 1993. Disponível em:< http://www.icps.cat/archivos/workingpapers/wp_i_72.pdf > Acesso em 17 jun. 2014.

SECCO, Lincoln. História do PT (1978-2010). *Revista Crítica Marxista*, n.34, p.191-194, 2012. Disponível em:< <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/ROMANO.pdf>> Acesso em 30 Out. 2014.

VENTURI, Gustavo. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. impacto nas eleições de 2010. *Revista Perseu*. n 5, ano 4, 2010, p. 197-214. Disponível em:< <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.perseu5.venturi.pt30.pdf>> Acesso em 09 fev 2014.